

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO - CONCLA
Ata da 10ª Reunião realizada em 21/03/2000
no Salão Nobre do Ministério do Planejamento

LISTA DE PARTICIPANTES:

Pelo IBGE

Sérgio Besserman Viana (Presidente)

Magdalena Cronemberger Góes (Secretaria Executiva – titular)

Maria Luiza Barcellos Zacharias (Suplente)

Pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)

Paulo Sérgio de Lima (suplente)

Maria Amélia (representante)

Pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Vera Marina Martins Alves (titular)

Claudia Maria V. de C. Paiva (suplente/coordenadora de subcomissão)

Mario Rosa Cardoso (representante)

Regina Haddad (representante)

Aline Soares Martins (representante)

Pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Diógenes Walter Oliveira (titular)

Pelo Ministério da Fazenda (MF)

Helder Luis Gondim Rocha (titular)

Regina Maria Henriques (coordenadora de subcomissão)

Pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Romulo Guimarães Rocha (titular)

Pelo Ministério de Minas e Energia (MME)

João Antônio Moreira Patusco (titular)

Pelo Ministério da Educação (ME)

Jorge Rondelli da Costa (suplente)

Pelo Ministério da Saúde (MS)

Maria Eunice Gomes Coelho (representante)

Pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA)

Fábio Florêncio Fernandes (suplente)

PAUTA:

1. Questões institucionais
2. Relatório e proposições das subcomissões técnicas
 - 2.1. Subcomissão da Classificação de Ocupações
 - 2.2. Subcomissão da Classificação de Produtos
 - 2.3. Subcomissão da CNAE-Fiscal
3. Rediscussão da Tabela de Natureza Jurídica
4. Outras comunicações

VINCULAÇÃO DA CONCLA NA ESTRUTURA DO GOVERNO

O presidente do IBGE e da CONCLA abriu a reunião fazendo uma retrospectiva sobre os recentes acontecimentos que fizeram com que a CONCLA ficasse, temporariamente, sem subordinação institucional. No ano de 1999, houve apenas uma reunião não-formal, pois em função da reorganização administrativa ocorrida no governo federal, tanto o IBGE como a CONCLA passaram por um período de indefinição institucional. Agora, com a reestruturação do Ministério do Planejamento, ficou resolvida a questão da vinculação da CONCLA, estando prevista, para a próxima semana, a publicação da portaria, que contemplará a inclusão do Ministério do Meio Ambiente como membro da Comissão, bem como a atualização dos nomes dos ministérios e das representações.

Apesar dos problemas de caráter institucional, os trabalhos da CONCLA, no âmbito de suas subcomissões, prosseguiram intensamente.

SUBCOMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES

A Coordenadora da Subcomissão e representante do Ministério do Trabalho e Emprego fez um breve retrospecto e relato sobre os trabalhos da subcomissão de classificação de ocupações:

Até a instalação da CONCLA, existiam 2 tabelas de classificação de ocupações – a CBO, utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em seus registros administrativos (RAIS, CAGED, Seguro Desemprego, SINE), e a do IBGE, utilizada nas estatísticas de emprego.

Desde o início de funcionamento da CONCLA, IBGE e Ministério do Trabalho vêm trabalhando juntos na unificação das duas classificações, chamada de CBO 2000, a qual será a única tabela de classificação de ocupações utilizada nas estatísticas domiciliares e nos registros administrativos.

O trabalho inicial consistiu de uma tabela de compatibilização entre as tabelas existentes e a CIUO 88 – Classificação Internacional Uniforme de Ocupação da OIT. O documento de compatibilização teve por objetivo preservar as séries históricas.

O trabalho de redefinição da classificação contou com a participação de diversos segmentos da sociedade – entidades sindicais e patronais, federações, etc.

Foi concluída a estrutura dorsal do projeto, com a nomenclatura de códigos e nomeação das famílias ocupacionais. O IBGE estará adotando no Censo 2000 esta nova estrutura ocupacional.

No momento, estão na segunda fase do projeto, de descrição das famílias ocupacionais, cujo desenvolvimento está sendo realizado com outros parceiros. Buscaram-se, além do IBGE, outros parceiros, tendo-se firmado convênio com Funcamp, Fipe, Senai/Ciet, Fundep, etc. Serão 7000 trabalhadores envolvidos na pesquisa de campo, adotando-se o método Dacum (Developing A Curriculum) utilizado pelo Canadá e EUA. Serão feitos painéis de descrição e de validação, onde serão ouvidas as falas dos trabalhadores para serem posteriormente validadas.

A perspectiva de o Ministério do Trabalho e Emprego estar empregando a nova CBO em seus registros administrativos é apenas ao final de 2001, quando o documento estará concluído integralmente.

A representante da Receita Federal indagou quanto à compatibilidade da minitabela agregada de códigos utilizada no Imposto de Renda Pessoa Física com a nova CBO. A coordenadora acredita que não haverá problema de compatibilização, visto que o IRPF utiliza a CBO em nível de subgrupo, colocando-se à disposição para realizar o trabalho de avaliação de aderência de uma tabela à outra.

SUBCOMISSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS

A Secretaria Executiva apresentou o relato dos trabalhos da subcomissão. A primeira tarefa foi a de definir uma lista de produtos industriais referenciada às especificações da classificação aduaneira, a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, com o objetivo de criar uma mesma referência para as especificações de produtos nos levantamentos do IBGE e nas demais entidades produtoras de informações sobre a produção industrial nacional, garantindo a articulação das informações das diversas fontes e seu confronto com os fluxos de importação e exportação. Uma primeira proposta da Lista de Produtos Industriais - PRODLIST foi submetida à apreciação da CONCLA em 2 de dezembro de 1998. A partir de então vem sofrendo modificações visando a seu aprimoramento, a partir do trabalho conjunto com entidades representativas empresariais, representantes dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O IBGE vem aplicando a PRODLIST na Pesquisa Industrial Anual - Produto, que levanta informações no nível da produção na indústria brasileira. Os resultados da pesquisa referente ao ano de 1998, que deverão estar disponíveis em meados de 2000, permitirão uma visibilidade da produção industrial com relação a produtos específicos, possíveis de serem articulados com as informações de importação e exportação, para se ter uma idéia mais clara dos mercados de produtos no Brasil.

O IBGE está, no momento, fazendo o mesmo trabalho em relação aos produtos agropecuários. A Secretaria Executiva solicitou ao representante do Ministério da Agricultura a abertura de um canal de comunicação para trabalhar com o IBGE na proposta de definição dos produtos.

Com relação à especificação de uma nomenclatura de produtos das atividades de serviços, o IBGE está caminhando lentamente, realizando pesquisas sobre o tema, uma vez que nesta área são mais escassas as experiências tanto nacionais como internacionais.

SUBCOMISSÃO DA CNAE-FISCAL

A representante da SRF e coordenadora da subcomissão da CNAE-Fiscal fez um relato sobre os trabalhos realizados.

O principal trabalho realizado no último ano foi a implementação do Programa Nacional de Treinamento em CNAE-Fiscal, que contou com a participação do IBGE na definição do programa e no conteúdo instrucional.

Outra atividade de destaque foi a Pesquisa de Procedimentos, que teve por objetivo observar as diferenças e as heterogeneidades dos procedimentos de atribuição de códigos de atividades nos órgãos fiscais dos diversos estados e municípios envolvidos. A partir da pesquisa, foi possível estabelecer um método de repasse do conteúdo. Desenvolveu-se um vídeo de divulgação da CNAE-Fiscal para homogeneizar e ampliar a disseminação via realização de palestras nos órgãos.

Outro trabalho em desenvolvimento na subcomissão diz respeito a Conceitos e Convenções relativos a Cadastros de Pessoas Jurídicas, diretamente ligados à Classificação de Atividades Econômicas. Na próxima semana, estará sendo realizada a primeira reunião extraordinária da subcomissão sobre esse tema, visando chegar-se a uma orientação de padronização para campos dos cadastros.

No próximo dia 28 de março, a Subcomissão estará reunindo-se com o Grupo de Trabalho sobre Classificação, organizado no âmbito do Convênio de Cooperação Estatística Comunidade Européia/Mercosul, por ocasião do seu II Encontro, a ser realizado no Rio de Janeiro. O objetivo é o intercâmbio de experiências.

A subcomissão criou um formulário automatizado para solicitação de alterações na CNAE-Fiscal (abertura de novas subclasses, exclusões, redefinições), e definiu trâmites e procedimentos para seu encaminhamento, análise e deliberação. Estará disponível no *site* da CONCLA.

A sistemática de atualização de subclasses aprovada pela subcomissão em reunião ordinária estabelece que, em determinados casos, é possível a submissão de propostas para abertura de novos códigos diretamente à CONCLA. Este é o caso de atividades sujeitas a regulamentação oficial, por exemplo, pelo Banco Central, SUSEP, CVM, órgãos normatizadores das atividades de intermediação do setor financeiro.

Foi encaminhada para aprovação a proposta de abertura de uma subclasse da CNAE-Fiscal, de Securitização de Créditos Bancários, o que se mostrou necessário em virtude de esta nova atividade ter sido regulamentada pelo Banco Central. A plenária aprovou a proposta, passando a existir uma nova subclasse, código 6559-5/05, para esta finalidade. A Secretaria Executiva providenciará a publicação no Diário Oficial.

A coordenadora da Subcomissão da CNAE-Fiscal relatou, ainda, que a subcomissão encaminha à CONCLA sugestão no sentido de análise da possibilidade de desdobramento da classe genérica 6559-5 (Outras atividades de concessão de crédito) e, portanto, abertura de uma nova classe CNAE no grupo 655 que englobe as subclasses "Factoring" (6559-5/03) e a recém aprovada "Securitização de Créditos" (6559-5/05), com o título Aquisição de Direitos Creditórios.

A Secretária Executiva ponderou que, para a abertura de novas classes, devem ser levados em conta outros aspectos, visando a um cronograma que possibilite a reavaliação geral em outras atividades, como por exemplo, telecomunicações, setor onde ocorreram muitas mudanças. Está prevista para acontecer no final de 2000 uma reavaliação completa na tabela da CNAE-Fiscal para proceder a alguns ajustes e incorporar novas sugestões.

ATUALIZAÇÃO DA CNAE

Atualmente, do ponto de vista da CNAE, existe uma interligação entre os trabalhos realizados no Brasil e os internacionais. O Brasil faz parte do Grupo da comissão da ONU encarregado de tratar as classificações de atividades. A classificação internacional, ISIC, que serve de base à CNAE, foi publicada em 1989, a partir de discussões travadas nos anos 80. Até o final deste ano, a ONU estará concluindo uma proposta de atualização da ISIC mantendo a estrutura atual, melhorando o entendimento de seu conteúdo, e propondo aberturas em áreas onde houve modificações muito grandes, com o propósito de detalhar melhor as atividades ligadas à produção e transmissão de informação, como telecomunicações e informática. Esta proposta será votada no início do ano 2001.

A idéia é que se atrele a atualização da CNAE à da ISIC. Até o final deste ano, ter-se-á uma proposta de atualização de alguns códigos CNAE acompanhando os trabalhos internacionais, numa perspectiva mais ampla.

A proposta lançada é de se começar imediatamente o estudo das revisões e atualizações necessárias para entrarem em uso em 2001, com a avaliação da implicação dessas mudanças nos órgãos gestores de Cadastros e Registros Administrativos.

Recentemente, foi aprovada pela CONCLA uma lista de sugestões de acertos de títulos, para melhor identificar o conteúdo daquela classe a que se refere. No entanto, somente agora esta lista será publicada, acrescentando outras poucas sugestões. Não houve mudança alguma em códigos, apenas alterações das descrições, de modo a definir melhor os títulos, notas explicativas e o conteúdo das classes.

ATUALIZAÇÃO DA TABELA DA NATUREZA JURÍDICA

Um dos primeiros trabalhos da CONCLA resultou na elaboração de uma tabela padronizada de códigos de natureza jurídica, a qual, no entanto, tem suscitado problemas e dúvidas. A SRF fez uma solicitação de abertura de um código específico para organismos internacionais, mas utilizaria a categoria *Outros* até a redefinição de uma nova tabela. Além disso, o conteúdo da categoria *Outras formas de Administração Pública* nunca foi devidamente esclarecido, dando problemas na sua aplicação.

Assim, é necessário que se faça uma revisão da tabela, montando um grupo de trabalho com representantes dos ministérios interessados, sendo que não se pode prescindir da representação do MDIC e do Ministério do Planejamento. Neste último caso, técnico ligado à área de Gestão e Organização do Estado, para tratar das categorias ligadas à organização e constituição do governo.

Representantes do Ministério do Trabalho e da Fazenda manifestaram interesse em participar do grupo, tendo este último sugerido que a coordenação dos trabalhos deve ser feita pelo representante do Ministério do Planejamento. Ressalta, ainda, que se deve tentar abandonar a prática de elaboração de tabelas com base em interesses individuais (de tributação, por ex.), procurando calcá-la na lógica jurídica.

LANÇAMENTO DO SITE DA CONCLA

A Secretária Executiva convidou todos os presentes a participarem da teleconferência a ser realizada neste mesmo dia no auditório do Ministério da Fazenda, para apresentar o lançamento do site da CONCLA. O IBGE assumiu o encargo de desenvolver este site, que reúne todas as informações sobre classificações estatísticas, e que apresenta links importantes para outros sites relacionados. Solicitou-se a todos uma avaliação do site, pois somente através do uso e olhar crítico será possível aperfeiçoá-lo.

PADRONIZAÇÃO NO MERCOSUL

A Secretária Executiva informou que o trabalho de padronização das classificações está-se expandindo para o nível do Mercosul, através do Grupo de Trabalho dentro do Programa de Cooperação Comunidade Européia/Mercosul, na área de produção de estatísticas.

Através deste programa, são estabelecidos contatos e realizados trabalhos conjuntos com parceiros do Mercosul, assistidos por dois especialistas europeus, que trazem informações sobre a experiência européia de padronização das classificações econômicas.

O primeiro interesse do grupo de trabalho é na área das classificações econômicas, de atividades e produtos, mas já se pensa em ampliar o trabalho à área das classificações de ocupações. Num primeiro estágio, estão sendo elaboradas tabelas de compatibilização entre as classificações nacionais de atividades econômicas no âmbito do Mercosul.